

## 2012: ano de muitos desafios e mobilizações



### 31º Congresso do ANDES-SN (MANAUS - AM)

## Categoria atualiza estratégias de luta para o ano e defende unidade do Sindicato

No período de 15 a 20 de janeiro, a cidade de Manaus recebeu professores de todo o país (327 delegados e 44 observadores de 67 Seções Sindicais) para atualizarem o plano de lutas do Sindicato Nacional, durante o 31º Congresso do ANDES-SN. O evento teve como tema: “Caprichar na Educação, Garantir Direitos dos Trabalhadores para ter Futuro”.

A ADUR-RJ enviou uma delegação de dez professores: Adail Castro, Alexandre Mendes, Ana Cristina S. dos Santos, Celia

Otranto, Joecildo Rocha, Joelson Gonçalves, José dos Santos Souza, Regina Cohen, Ricardo Costa e Silvia Gonçalves.

Os professores Frederico Falcão e Luis Mauro Magalhães participaram do evento como diretores do ANDES-SN.

Na ocasião, os professores do Sindicato Nacional aprovaram que a centralidade da luta neste ano deve estar calcada na “defesa da educação pública em todos os níveis”, e que esta seja “gratuita, laica, universal e com padrão unitário de qualidade”.

Também reforçaram a necessidade de se permanecer lutando por uma carreira docente única e por salários dignos.

Eles ainda defenderam o fortalecimento do ANDES-SN como legítimo representante sindical dos professores das Instituições de Ensino Superior.

A seguir, acompanhe as principais deliberações aprovadas no 31º Congresso do ANDES-SN.

PÁGINA 3

**Diretoria da ADUR-RJ propõe espaço de discussão sobre a Universidade que queremos**

PÁGINA 4

## **ANDES-SN COBRA NEGOCIAÇÃO SOBRE CARREIRA**

### **Carta à Ministra do Planejamento pede retomada das discussões**

O ANDES-SN enviou carta à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, cobrando providências sobre a negociação para a reestruturação da carreira docente. A carta reforça o dia 31 de março como prazo conclusivo para o processo, data definida a partir da assinatura do Termo de Acordo 04, em 26 de agosto de 2011.

A demora nas negociações está preocupando os docentes, que, perante a suspensão da agenda de reuniões prevista para fevereiro, viram o processo ser postergado além das expectativas. Inicialmente planejadas para o último dia 24, as negociações para reestruturação da carreira foram suspensas devido ao falecimento do Secretário de Recursos

Humanos da pasta, Duvanier Ferreira. Através de ofício encaminhado ao ANDES-SN, em janeiro, a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento informou a suspensão da agenda para fevereiro. Até o momento, o Sindicato aguarda uma definição do governo, que alega que a retomada do processo depende da nomeação do novo secretário.

## **CAMPANHA SALARIAL 2012**

### **Servidores Públicos Federais lançam campanha deste ano**

No dia 15/2, servidores públicos federais (SPF) lançaram oficialmente a Campanha Salarial 2012. No mesmo dia, aconteceu também a retomada da Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos, no Plenário I da Câmara dos Deputados.

Os seis eixos que compõem a pauta de reivindicações da Campanha 2012 dos SPF são os seguintes:

- Definição da data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada dos PL's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PL 549/09, PL 248/98, PL 92/07, PL 1992/07 e demais proposições), supressão do artigo 78, da LDO, que define o prazo até 31/08, para encaminhar projetos de lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos



trabalhadores. Supressão dos artigos 86 e 87 que tratam da mudança de indenizar a insalubridade/periculosidade no PL 2203/11 e supressão do artigo 46 que trata da redução remuneratória aos médicos que têm sua carga horária regulamentada por lei no PL 2203/11.

- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Cumprindo a deliberação do 31º Congresso, o ANDES-SN protocolou no dia 24/02 a pauta de reivindicações específicas dos docentes das Instituições Federais de Ensino, junto aos ministérios do Planejamento e da Educação. Nos documentos encaminhados, o Sindicato Nacional reitera a solicitação de agendamento de reunião para dar início ao processo de negociação dos pontos específicos da campanha salarial 2012.

## VEJA AS PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO 31º CONGRESSO

### ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Ao considerar a importância e o significado da CSP-Conlutas para os trabalhadores e a sua organização como polo aglutinador da classe, na perspectiva da unidade para o enfrentamento do capital, foi deliberado ampliar a contribuição à Central para 5% e propor, no 1º Congresso da CSP-Conlutas, a alteração do seu nome para Central Sindical e Popular.

“Preparamos nossa intervenção para apresentarmos no 1º congresso da nossa central porque entendemos que a luta dos docentes deve estar articulada com as lutas dos trabalhadores. A nossa central é instrumento fundamental para consolidar esta articulação”, disse Marina Barbosa Pinto, presidente do ANDES-SN.

Sobre as polêmicas que permearam algumas discussões, dentre elas justamente a questão da mudança de nome da central, Marina afirmou que o Andes-SN é o lugar de propor, discordar, apresentar propostas alternativas. “Por meio do debate e no voto, coletivamente, definiremos os melhores passos para o Sindicato Nacional”, finalizou.

### EDUCAÇÃO

- Lutar pela ampliação de recursos para ciência e tecnologia, assim como pela democratização da sua distribuição.

- Posicionar-se de forma contrária à divisão da educação contida no PLS Nº 518/2009, que pretende transformar o MEC em Ministério da Educação de Base, transferindo a educação superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia. A pretendida divisão fraciona a educação brasileira e impede a construção de um Sistema Nacional de Educação necessário à consolidação de um sistema público, universal em todos os níveis, gratuito e de qualidade socialmente referenciada.

- Denunciar a gravidade do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que favorece a utilização de recursos públicos para instituições privadas, inclusive na expansão de vagas.

- Manter-se na luta pela aplicação de 10% do PIB na Educação Pública Já!, meta histórica construída pelo Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, fundamental para o estabelecimento de condições para o avanço da educação pública e gratuita.

### POLÍTICA SINDICAL

- Manter posição contrária à privatização da saúde, em especial pelas consequências advindas da gestão dos hospitais públicos por meio de Organizações Sociais, OSCIP, fundações estatais de direito privado e congêneres.

- Ampliar a luta em defesa dos direitos previdenciários dos servidores públicos, contra as consequências nefastas da previdência complementar, a ser implantada com a criação dos fundos de pensão.

### DOCENTES

- Aprofundar as pesquisas para conhecer os fatores que têm interferido no trabalho docente e que agravam as condições de saúde de professores e professoras das IES, quadro alarmante que vem se delineando pela intensificação da exploração da força de trabalho e imposição de linhas de ação pautadas no capitalismo e suas práticas mercantis impostas à produção do conhecimento.

- Ampliar a luta em defesa da criação da Carreira Única do Professor Federal como meio de extinguir a discriminação entre docentes do Ensino Superior e os do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

### LUTA DOS SETORES

#### •INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES):

- \*intensificar a ação na CNESF - Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais;

- \*propor a implementação da Campanha dos SPF a partir dos eixos e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades que se disponham a participar do Fórum de Entidades dos SPF, definindo como semana nacional de luta o período de 12 a 16 de março de 2012.

#### •INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR (IEES):

- \*encaminhar a luta pelo cumprimento das leis que preveem vinculação de recursos para a educação nos Estados da Paraíba e do Rio de Janeiro;

- \*integrar as pautas específicas das Seções Sindicais e buscar o tratamento isonômico para a carreira dos docentes em estágio probatório;

- \*promover um dia nacional em defesa do funcionamento e da autonomia das universidades estaduais e municipais;

- \*realizar o 9º Encontro Nacional das IEES/IMES, tendo como tema: autonomia, democracia, financiamento e carreira.

#### •INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE ENSINO SUPERIOR (IPES):

- \*aprofundar o debate sobre a estrutura do ANDES-SN e a questão da representação sindical;

- \*construir uma proposta de diretrizes e princípios de referência nacional que sirva de base para a elaboração de pautas das Seções Sindicais do Setor.

# A universidade que queremos

Neste ano haverá eleição para reitor, o que nos traz grande expectativa em relação às pessoas que ficarão por quatro anos consecutivos administrando a Universidade.

Algumas lutas históricas do movimento docente caminham na direção da Universidade Pública, Gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

É por isso que temos denunciado sistematicamente algumas políticas do governo federal, que visam ao sucateamento da Universidade Pública. Uma delas é o REUNI - projeto de reestruturação e expansão das universidades federais, que consiste em ampliar as vagas estudantis, sem considerar as contrapartidas estruturais e de pessoal. Na UFRRJ, percebemos os seus reflexos em obras intermináveis, professores e estudantes sem salas para a realização das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Lembremos também que o governo tem adotado uma política de arrocho salarial e ainda quer impor um plano de carreira que não beneficia aos professores. Além disso, alguns gestores (autodenominação utilizada por muitos reitores) entendem

que o projeto de carreira proposto pelo governo é interessante porque possibilita a ascensão profissional a partir da criação da classe Professor Sênior – uma verdadeira ilusão. Os mesmos gestores acreditam que o projeto de carreira do governo também responde ao problema da gratificação para coordenação de cursos, pregando uma total confusão entre carreira e função gratificada. Precisamos estar preparados para o embate que se dará este ano.

Em nossa universidade, não podemos aceitar o completo silêncio sobre a instalação de um “LIXÃO” quase dentro dos limites da UFRRJ, que só tomou voz no campus universitário a partir das iniciativas da ADUR-RJ. É também inaceitável a instalação de um pátio para trens em benefício da iniciativa privada, numa verdadeira contradição entre cessão de área e ampliação do campus laboral da universidade. E nesse sentido, consideramos inadmissível que seja utilizado como argumento o fato de não termos condições de administrar a extensão de terras que envolve o campus – o que caracteriza uma total incompetência administrativa.

Falta a UFRRJ um Projeto Institucional que integre Plano Diretor, Plano de

Desenvolvimento Institucional e uma Política Ambiental, já que nos últimos anos o único projeto que esteve em pauta foi o de metas do governo para as universidades federais.

Reconhecemos que temos hoje uma nova universidade. A expansão de vagas e o acesso unicamente através do ENEM nos trazem com mais intensidade os reflexos da baixa qualidade da educação básica, daí o abandono, o alto índice de reprovação nas disciplinas e a evasão dos cursos. Nesse contexto, qualquer projeto de metas de caráter meramente quantitativo será mal sucedido.

Esses são alguns dos motivos que levaram a diretoria da ADUR-RJ a chamar uma ampla discussão sobre a Universidade que queremos. É uma proposta de debate que deverá se estender até a proximidade da eleição a fim de consolidar uma relação de compromissos com nossa UFRRJ.

Mais informações deverão ser publicadas nos próximos jornais e boletins da ADUR-RJ.

Diretoria da ADUR-RJ  
Biênio 2011/2013

## ABONO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS NÃO SERÁ MAIS TRIBUTADO

De acordo com Marcelo Chalhó, assessor jurídico da ADUR-RJ, o governo publicou a Medida Provisória 556 (dezembro de 2011), que determina o fim da tributação do abono de férias (também chamado de terço de férias) para os servidores públicos federais.

Esta nova regra não se estende aos trabalhadores da iniciativa privada, que continuam sujeitos à tributação para fins previdenciários.

“Não se faz mais necessário pensar em nenhuma medida visando obtenção de liminar para suspender esse tipo de desconto, como vêm propalando algumas entidades e a própria imprensa. A publicação da MP 556 é uma vitória do funcionalismo público e dos seus assessores jurídicos que, há anos,

debatem o assunto no Judiciário. Decorreu da pressão do movimento sindical e do trabalho desenvolvido por seus assessores jurídicos, ajuizando por todo o país milhares de ações que objetivavam pôr termo a esta tributação, muitas acolhidas positivamente”, esclarece o advogado.

### Restituição do imposto dos últimos cinco anos

O assessor jurídico também informou à Diretoria da ADUR-RJ que os servidores públicos federais ainda podem solicitar a restituição dos valores tributados a esse título nos últimos cinco anos, pois a restituição deste passivo não está prevista ou regulada. Para isso, os docentes devem trazer à ADUR-RJ a cópia legível dos



seguintes documentos:

- \_ contracheques dos últimos cinco anos, onde incide o valor descontado;
- \_ identidade e CPF;
- \_ comprovante de residência

Os professores preencherão duas vias de formulário específico (termo de compromisso e procuração), que serão disponibilizados pela ADUR-RJ.